



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

**PROCESSO** : 0009680-86.2021.6.05.8000  
**INTERESSADO** : EFAS/NUP/Licitantes  
**ASSUNTO** : Recursos

**PARECER nº 57 / 2021 - PRE/DG/ASSESD**

Trata-se de análise da regularidade de procedimento licitatório, em trâmite nos presentes autos, para contratação de curso de oratória/condução de grupos na área administrativa/gestão, na modalidade EAD, a ser ofertado para todos os servidores deste Regional, no Pregão nº 21/2021.

Realizado o certame, foi declarada vencedora a empresa COODERJ - COOPERATIVA DE TRABALHO DOS DOCENTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO . CNPJ/MF nº 38.538.337/0001-20, conforme resultado por fornecedor, documento n.º 217654/2017, e termo de adjudicação do Pregão, documento n.º 217678/2017.

Após a abertura do prazo recursal, irrisignada, a empresa ALBERTO ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA GRANATO, documento nº 1725385, impetrou recurso que oportunizou a COODERJ - COOPERATIVA DE TRABALHO DOS DOCENTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, licitante vencedora, apresentar suas contrarrazões.

O Pregoeiro manifestou- se nos seguintes moldes:

Após esclarecimentos em tratativas com as licitantes que ofertaram os melhores lances, devidamente registrados no “chat” do pregão eletrônico, Foi recusada a proposta da empresa ERCILIA MARQUES DA SILVA SANTOS, por apresentar valor irrisório, dito pela empresa que foi erro de digitação e que seu valor real seria superior aos já ofertados pelas outras empresas; outras duas empresas: ALBERTO ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA GRANATO e ADI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM LICITAÇÕES LTDA., foram inabilitadas por não atenderem ao Edital no item (11.1.7.1), bem como no item 5.1 do Anexo I do Edital, quanto à comprovação da capacidade técnica; sendo declarada vencedora do certame a empresa acima relacionada, (doc. SEI n.º 1725369) - Resultado por Fornecedor. JUSTIÇA ELEITORAL TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA Houve, no prazo concedido, registro de intenção de recurso, pela empresa ALBERTO ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA GRANATO (Doc/SEI nº 1725385), foi apresentado também contra-razões pela empresa declarada vencedora pelo pregoeiro, (doc/SEI nº 17253921), o Pregoeiro emitiu sua decisão, conhecendo do recurso mas negando razão à empresa impetrante, (doc/SEI 1725399), mantendo a decisão, e encaminhando-a à autoridade competente para superior análise e deliberação, encerrando a sessão do pregão. Houve impugnação ao Edital por empresa que desejava participar do certame, (doc/SEI nº 1694875), e decisão da administração, (Doc/SEI nº 1697946); houve também pedidos de informação, todos acostados ao processo referido processo SEI.

Instada, a Assessoria de licitações e Contratos e Questões Administrativas – ASJUR – opinou pelo acolhimento parcial da peça recursal, reconhecendo a restrição injustificada no Edital do Pregão nº 21/2021, fundamentando seus argumentos nos seguinte termos:

6. Com efeito, a questão central do Recurso já foi enfrentada em momento de impugnação ao edital do Pregão nº 21/2021, tendo essa unidade consultiva rejeitado os argumentos da empresa INSTITUTO DE ENSINO POLIS CIVITAS LTDA, que, em sua irrisignação, dentre outras coisas, afirmou: "*(...) o objeto do presente contrato é a prestação de serviços de fornecimento de curso de oratória/condução de grupo na área administrativa/gestão, com vídeos, textos e modelos, na modalidade EAD. O edital ao determinar como critério do fornecedor a apresentação de "Atestado de Capacidade Técnica para condução de Curso de oratória na modalidade EAD" faz entender que está sendo exigido comprovação de experiência idêntica ao objeto licitado e suas obrigações, o que é vedado em nosso ordenamento jurídico*" (doc. nº 1694263)

6.1. Ainda na mesma ocasião, a empresa asseverou: "*Dessa forma, ao delimitar como critério de seleção a obrigação de comprovar experiência anterior em Curso de oratória na modalidade EAD, o Edital deixa uma condicionante restrita, que exclui do processo diversas Instituições de Ensino que tenham o condão de prestar os serviços licitados, porém que não possam comprovar experiência pretérita em UM ÚNICO curso*".

7. Pois bem. No racional desenvolvido no Parecer nº 384 (doc. nº 1696607), chamamos a atenção para a legitimidade da exigência de *expertise* das licitantes no tema Oratória, bem assim na elaboração de treinamento na modalidade EAD.

7.1. Ali, afirmamos que optou este Tribunal em avaliar a capacidade da licitante através da sua experiência na elaboração de curso EAD, especificamente na temática "oratória", entendendo que a experiência geral, em outros temas, não lhe traria o que chamamos de *segurança mínima* para uma boa contratação.

7.2. E mais, que cercou-se das cautelas necessárias para a contratação "*do curso ORATÓRIA/CONDUÇÃO DE GRUPOS NA ÁREA ADMINISTRATIVA/GESTÃO, com vídeos, textos e modelos, na modalidade EAD*", visando à satisfatória capacitação de seus servidores, quando restringiu a experiência das concorrentes na específica temática, tal qual visto na condição 11.1.7, "a" do edital do Pregão nº 21/2021.

8. Todavia, forçoso admitir que não percebemos que a redação da condição editalícia induziria à obrigatoriedade de, em apenas um único atestado, restar demonstrada ambas as habilidades: elaboração de curso EAD; prévio domínio/conhecimento do tema *ORATÓRIA/CONDUÇÃO DE GRUPOS NA ÁREA ADMINISTRATIVA/GESTÃO*. Vejamos o que diz o edital:

**"11.1.7. Qualificação técnica:**

**a)** Apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução de curso de oratória na modalidade EAD."

8.1. Legítima a segurança mínima desejada por este Tribunal na delimitação da experiência das concorrentes em duas vertentes. Porém, da forma redigida no ato convocatório, estariam excluídas da disputa as empresas que, em documentos distintos, comprovassem a experiência em elaboração de curso EAD e a experiência em curso no tema específico de Oratória.

8.2. Decerto esta não seria a verdadeira e legítima intenção. A *expertise* das empresas pode ser comprovada com atestados que, juntos, evidenciem a capacidade almejada pela Administração.

8.3. A empresa pode ter ministrado curso na modalidade EAD com o tema *ORATÓRIA/CONDUÇÃO DE GRUPOS NA ÁREA ADMINISTRATIVA/GESTÃO*, e, nesta hipótese, sua experiência se comprova em um único atestado, ou pode ter ministrado curso na modalidade EAD, em qualquer temática, e curso na temática Oratória, na forma presencial, e, neste caso, sua experiência se comprova mediante mais de um atestado.

9. Conquanto nosso raciocínio na análise da Impugnação vá ao encontro do quanto afirmado acima, não atentamos, repetimos, para o fato de que, da forma descrita no edital, apenas um atestado, com a comprovação da realização dos dois eventos ao mesmo tempo, poderia ser aceito pelo Pregoeiro. Aí sim, acabou se revelando impertinente e injustificada a restrição em questão.

9.1. Cabe salientar que, como regra, os treinamentos desta Casa são contratados de forma direta, com base no artigo 25, II, c/c artigo 13, VI, da Lei nº 8.666/93, desde que atendidos os requisitos ali impostos. A ausência da prática pode ter contribuído, de forma decisiva, para que não fosse identificado, em momento prévio, a impropriedade da condição.

10. Ante todo o exposto, opinamos pelo parcial acolhimento da peça recursal (doc. nº 1725385), por entender que, de fato, o edital do Pregão nº 212021 apresentou restrição injustificada e impertinente, apresentando, assim, desconformidade com as normas que regem a matéria.

11. Considerando, entretanto, tratar-se de vício insanável, deve ser promovida a **anulação** do certame, e não a mera reforma da decisão do Pregoeiro, oportunizando-se aos concorrentes o contraditório e a defesa, nos termos previstos no artigo 49, da Lei nº 8.666/93, que reza:

"Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

(...)

§ 3º No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa."

12. A par disso, a área demandante deverá deflagrar novo processo, desta vez com alteração na forma de aferir a capacidade das licitantes, no particular.

Considerando que a condição 11.1.7, "a" do instrumento convocatório, exigida como qualificação técnica revelou-se como fator que restringiu a competitividade do certame, como destacado pela ASJUR, restou caracterizada a existência de vício que impõe a sua anulação nos termos do art. 49 da lei nº 8.666/93.

Deste modo, com lastro no parecer jurídico da ASJUR, no documento n.º 1738716, na previsão constante do art. 49 da lei nº 8.666/93 e nos elementos acima relacionados, propõe-se a anulação da presente licitação.

Contudo, previamente, deverá ser promovida a notificação das licitantes da intenção da Administração de anular a presente licitação, de modo a garantir o contraditório e a ampla defesa, nos termos do § 3º do art. 49 da mencionada norma.

À consideração superior.

**PEDRO PAULO ANDRADE E SILVA**

Técnico Judiciário

**DESPACHO**

De acordo. Ao Diretor-Geral, para apreciação.

**RONILDO DANTAS**

Assessor Especial da Diretoria-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Paulo Andrade e Silva, Técnico Judiciário**, em 08/10/2021, às 13:28, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ronildo de Queiroz Dantas, Assessor**, em 08/10/2021, às 13:51, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1743548** e o código CRC **F0C9162F**.

0009680-86.2021.6.05.8000

1743548v4